
A JUVENTUDE — A PROPÓSITO DE DEFESA NACIONAL

Cristina Louro

A JUVENTUDE — A PROPÓSITO DE DEFESA NACIONAL (*)

1. Interpelar a Juventude sob o ponto de vista de Defesa Nacional significa pensar o futuro que é a dimensão temporal própria dos assuntos de Defesa.

É no longo prazo, pelo fio tecido entre gerações, que se revela no concreto uma concepção ampla da Defesa. Perspectiva esta que tem principalmente a vantagem de mostrar como uma comunidade política se defende não só pelos braços militares e diplomáticos mas pelas modalidades da vida civil, recursos de que dispõe, ideias, valores e projectos que concebe e realiza.

Em medidas variáveis sempre assim foi, mas hoje é-o de um modo constante e incontornável: o mundo tornou-se um espaço de acção para todos os povos a ponto de as relações externas serem vividas dentro das fronteiras pelo comum da população.

Assim sendo, a viabilidade das comunidades nacionais passa tanto ou mais pelas capacidades e vontade dos cidadãos, colocados de forma directa e permanente em situações de permuta, cooperação e confronto de interesses com outros, estrangeiros, do que pela indispensável determinação dos poderes soberanos.

Nestas condições, e em tempo de paz, *a capacidade de defesa de uma comunidade avalia-se melhor pelas potencialidades de acção do que as de reacção*, a que a ideia de defesa anda vulgarmente associada.

Esta perspectiva conduz necessariamente o tema juventude e defesa à precedência do facto educativo. Aos modos como a sociedade educa os jovens a reconhecerem a sua condição portuguesa e a agirem em conformidade de forma participativa e responsável. E ainda à importância do

(*) O texto é anterior à proposta ministerial de reforma do SMO.

grau de instrução e qualificações com que o sistema escolar valoriza o factor humano do poder nacional.

Trata-se de reconhecer que a educação tem actualmente grande relevância nas condições de segurança com que a sociedade nacional se relaciona com os outros povos. Dela decorrem, além da formação da «personalidade colectiva», competências e desempenhos com que se adquire condições de credibilidade e paridade nas relações com os outros povos, tanto mais que as potências se hierarquizam hoje mais do que nunca pelos seus potenciais culturais e científicos.

2. Na sociedade dos nossos dias o grupo juvenil é uma realidade sociológica cada vez mais ampla. Sendo na sua grande maioria consumidores passivos, os jovens têm no entanto um significativo poder cultural que os define e lhes dá consistência de um verdadeiro grupo social.

Têm comportamentos e valores de grande difusão e peso nas decisões e acções da sociedade total. Para abordar a relação juventude e Defesa Nacional conviria conhecer as opiniões, atitudes e valores juvenis respeitantes à questão da Defesa Nacional. Mas não há, no entanto, em Portugal sondagens sobre Defesa Militar ou Política Externa. Dispomos tão-só de um inquérito recente, 1988, feito à «Juventude Portuguesa: situações, problemas e aspirações» por encomenda da então Secretaria de Estado da Juventude. Esta sondagem inclui, entre outras áreas temáticas, a da identidade social e nacional dos jovens. Acresce que os seus resultados podem ser comparados com os de um outro inquérito sobre «Nacionalismo e Patriotismo», encomendado, este, pelo Instituto da Defesa Nacional.

Os resultados da referida sondagem mostram, no que respeita aos sentimentos com que os jovens vivem a sua condição portuguesa, que existe uma generalizada fidelidade, sentimento de pertença e imagem positiva de Portugal.

Afirmam, 80 por cento, gostar do seu país. Para os jovens são os triunfos face aos estrangeiros, em primeiro lugar os desportivos, seguidos dos sucessos artísticos e científicos, mais que a Bandeira, o Hino ou os desfiles militares, que desencadeiam sentimentos patrióticos. Atitude idêntica é revelada na sondagem do IDN sobre «Nacionalismo e Patriotismo».

Os sentimentos patrióticos são assim propiciados mais por êxitos obtidos em situações competitivas do que por representação simbólica ou

ritual. É no entanto reconhecida a matriz guerreira do desporto; a natureza ritual e função de simulacro das competições desportivas.

Pode-se assim inferir que para estas provas se transferem facilmente sentimentos e atitudes próprias do campo político. Aliás, de outro modo não se justifica a incorporação da Bandeira e do Hino. Nem o «patrocínio» dos governos às provas no estrangeiro consideradas explicitamente como instrumento de projecção de imagem externa dos povos.

Relativamente aos factores que concorrem para a imagem positiva do País os jovens pontuam mais o ambiente físico e humano (paisagem — 93.4 por cento; clima — 91.7 por cento; convívio agradável — 74.0 por cento), o «passado glorioso» (89.8 por cento) e novamente os factores desportivos de nível internacional (86.9 por cento).

Em contrapartida a imagem negativa forma-se sobre as dificuldades de integração dos jovens na vida activa (poucas oportunidades de futuro — 77.4 por cento; dificuldades de emprego e habitação — 77.4 por cento) e sobre as instituições sociais e políticas («os partidos só se interessam pela conquista do Poder» — 49.6 por cento; País de falta de iniciativa — 43.0 por cento; ideias retrógradas — 41.9 por cento...).

Ora são estes mesmos tipos de factores, os de ordem interna e socio-económicos, que são apontados como condicionantes do futuro do País e do seu próprio futuro.

O desenvolvimento económico, o emprego e as condições de vida são os factores maioritariamente pontuados tanto na tabela da importância como na tabela dos receios sobre o futuro colectivo. No entanto só 6.7 por cento se consideram descrentes e indiferentes. A grande maioria tem esperança, mas consideram que o seu futuro pessoal depende mais da evolução do futuro do País (33.3 por cento) do que da sua iniciativa (19.8 por cento). É de registar ainda o facto de os jovens atribuírem às «Providências» (Deus — 12.5 por cento; destino — 7.4 por cento; e sorte — 15.7 por cento) somadas mais poder de condicionamento do que à própria evolução do futuro do País. Somados também os factores imponderáveis e os colectivos fica muito reduzida a fatia de futuro controlável pela decisão individual.

Assim sendo ou parecendo (os inquéritos têm as suas limitações e as interpretações as suas ilusões e ousadias), apesar da atitude de confiança ser declaradamente maioritária e articulada com o reconhecimento das difi-

culdades com que o País se confronta, o pessimismo tradicional parece ter todas as condições para se reactualizar.

Fica, em síntese a percepção de que para os jovens a imagem positiva da Pátria é mais condicionada pelas «glórias históricas», desportivas, e pela imagem externa do que por realizações do concreto e do quotidiano interno que concorrem para o bem-estar colectivo e para a construção do futuro. A Pátria é tão-só apercebida na dimensão básica do emocional e do imaginário, tanto pelos jovens como pelo comum dos cidadãos. É que são muito idênticos os resultados dos dois inquéritos citados.

Ambas as sondagens confirmam a ideia de que não existe em Portugal um problema de identidade nacional.

No entanto tal não significa que não se mantenha o tradicional problema dos modos de identificação ou responsabilização de cada um com a vida comunitária.

Pode-se concluir que a parte que cabe aos mecanismos sociais e «espontâneos» na transmissão da herança cultural é cumprida. Resta saber como é que as instituições promovem a educação desses sentimentos, valores e atitudes.

Como é que as instituições educativas desenvolvem os modos de integração social dos adolescentes e jovens?

Como é que educam estes no sentido do bem comum?

3. As instituições educativas são hoje mais a escola do que a família. Para a educação contribui mais a audiência dos meios de comunicação do que a integração em estruturas produtivas ou outras de carácter lúdico.

O que significa que nos processos de educação e integração social dos jovens predominam as situações passivas sobre as activas.

Hoje, em Portugal, são as organizações partidárias juvenis e o serviço militar obrigatório que proporcionam as oportunidades mais activas de integração social e participação cívica.

A actividade política dos jovens atinge níveis elevados, quer como eleitores quer como militantes em organizações partidárias; pelo serviço militar passam milhares de jovens do sexo masculino.

Estes factos, no entanto, não significam por si uma boa informação e cultura política ou cívica.

A vida sócio-política tem actualmente uma complexidade e mediação que tornam indispensável uma prévia formação de tipo escolar para a sua compreensão.

Ora a opinião comum e os diagnósticos especializados «chumbam» a escola portuguesa actual. O sistema educativo não concorre para a formação social e cívica dos jovens; além de produzir um baixo nível de instrução e não preparar para a vida profissional. Nem sequer é apercebido, por muitos, como factor prevalectante nas condições de êxito pessoal e colectivo.

No que respeita aos temas específicos de Segurança e Defesa a Universidade não os integra no seus currículos, também deficientes no tocante à área das relações internacionais.

Pelo que é grande a escassez, em Portugal, de especialistas nestas matérias, atingindo-se mesmo a ausência de civis qualificados em temas da esfera militar.

É assim unanimemente reconhecido que, tal como está, o sistema educativo concorre de um modo significativo para as vulnerabilidades da sociedade portuguesa.

Nestas condições a política educativa assumiu o lugar de área de intervenção prioritária na estratégia global do Estado.

Acresce que é ainda indispensável, como factor de precedência e ponto de sustentação das políticas de juventude, que não devem ser tanto suplementos educativos como acções que visam a integração socioeconómica dos jovens na vida activa.

4. O serviço militar obrigatório tem, entre outras, a importância de ser a primeira e por vezes a única experiência de participações efectiva dos jovens numa área específica das funções do Estado. A instituição militar tem por essa via responsabilidades, de já longa tradição, como factor integrador dos cidadãos na comunidade política.

Apesar de não existirem estudos de opinião sobre o serviço militar obrigatório, há no entanto a percepção de que este tal como funciona não satisfaz. As críticas comuns incidem sobre os critérios de selecção e distribuição do contingente, que deveriam ser mais isentos por razões de exemplaridade cívica e mais ajustados aos legítimos interesses pessoais dos recrutas.

Uma outra deficiência vulgarmente apontada, e com efeitos negativos na imagem da instituição militar e na formação cívica dos jovens, é a perda do tempo, de «subocupação», no período que se segue ao de instrução mais intensiva, a que a grande maioria adere.

Dar acolhimento e boa solução a essas críticas pode considerar-se um «dever cívico» que o Estado deve assumir para com os cidadãos que vão cumprir o seu.

A dimensão da componente tecnológica dos exércitos actuais e ainda as necessidades crescentes no campo de protecção civil apontam, eventualmente, caminhos para qualificar e diversificar as formas de serviço militar. No que respeita ao campo da formação, tanto no âmbito profissional como no da protecção civil, é um facto que os exércitos dispõem de capacidades — meios, organização e experiência — relativamente consideráveis tendo em conta a deficiência de recursos do nosso país nesses sectores.

Salvaguardada a função específica das Forças Armadas, o serviço militar poderia concorrer assim com um leque, superior ao actual, de qualificações obtidas durante o tempo de permanência nas fileiras, para melhorar a formação cívica e a integração dos jovens portugueses na vida activa.

Trata-se, de resto, de desenvolver e actualizar uma tradição das Forças Armadas Portuguesas, tal como outras europeias, de também elas concorrerem para as potencialidades do País, com os seus recursos de ensino profissional e socorro próprios.

Cristina Louro